

Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema, PB – Brasil*

Popular and community communication in rural development practices in the region of Borborema (state of Paraíba – Brazil)

· Círcia M. Krohling Peruzzo
Universidade Metodista de São Paulo



Resumo

Estudo sobre a comunicação no processo de desenvolvimento rural comunitário numa área do semiárido nordestino, a da Borborema- PB - Brasil. O objetivo central é compreender como se efetivam os processos de comunicação comunitária no contexto das práticas organizativas e produtivas da agricultura familiar local. O estudo parte de conceitos da teoria da modernização, do desenvolvimento participativo e da comunicação popular e comunitária. Baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental. Novas posturas e práticas na relação com a terra por meio da agroecologia e iniciativas de organização comunitária se constituem em saídas da condição de submissão. A comunicação é majoritariamente de base grupal e interpessoal, apesar de existirem outras modalidades de instrumentos comunicativos.

Abstract

This is a study on communication in the rural community development process in Borborema (state of Paraíba), a semi-arid area of the Northeast of Brazil. The main objective is to understand how the Community communication processes become effective in the context of organizational and productive practices of the local family agriculture. The study is founded on concepts of the modernization,

* Versão ampliada daquela publicada, com o mesmo título, na revista Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, Umesp, v.37, n;2, p.183-208, maio-ago.20105.

participatory development, and popular and community communication theories. It is based on literature review and desk research. New attitudes and practices regarding the land by means of agroecology and community organization initiatives are means to escape the condition of poverty. Communication is primarily of group and interpersonal basis, although there are other forms of communicative instruments.

Palabras chave

Comunicação popular, desenvolvimento comunitário, agricultura familiar, participação, comunidade.

Keywords

popular communication, community development, family farms/agriculture, participation, community.

Sumario

1. Introdução
2. No âmbito dos fundamentos teóricos
3. Breve caracterização do contexto e tipo de organização local
4. Mudanças do ponto de vista das práticas
5. A comunicação popular e comunitária
6. Considerações finais
7. Referencias

Contents

1. Introduction
2. Within the framework of theoretical
3. Brief characterization of the context and type of local organization
4. Changes from the point of view of practices
5. Popular and community communication
6. Final notes
7. References

Notas biográficas

Cicilia M. Krohling Peruzzo é Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Fez pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista por produtividade do CNPq. Autora dos livros "Relações públicas no modo de produção capitalista", "Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção na cidadania" e "Televisão comunitária – dimensão pública e participação cidadã na mídia local". Organizadora de algumas coletâneas. Possui artigos publicados em diversas revistas científicas nacionais e internacionais. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Comunicação Comunitária e Local (Comuni) e o GT Comunicação, Responsabilidade Social e Cidadania da Abrapcorp (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas). kperuzzo@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo e, como foco a busca de entendimento de como se dá a comunicação no contexto das organizações e movimentos populares. Neste texto tomamos como recorte o desenvolvimento comunitário rural numa área do semiárido nordestino, região da Borborema (Paraíba), mais especificamente a aquela compreendida pela atuação do Polo Sindical e agricultores familiares.

O estudo tem como ponto de partida os conceitos da teoria da modernização, do desenvolvimento participativo e da comunicação popular e comunitária. Indaga-se sobre como ocorre o processo de transformação do saber popular e dos padrões tradicionais de uso de uma “comunicação para o desenvolvimento”- na linha do desenvolvimentismo - em uma outra comunicação, orgânica aos interesses às classes subalternas. O objetivo da pesquisa é compreender as formas de organização dos agricultores familiares e os processos de comunicação comunitária efetivados na dinâmica local no bojo das práticas organizativas e produtivas. O texto ancora-se, mais especificamente, em pesquisa bibliográfica e documental, porém incorpora elementos advindos da observação direta a partir de visitas periódicas in loco, de modo a observar e testemunhar processos de trabalho organizativo comunitário e as dinâmicas participativas e de comunicação.

A hipótese que exploramos é a seguinte: as organizações e movimentos populares orgânicos às classes subalternas seguem seu curso organizativo e mobilizador e atualizam-se constantemente, apesar da aparente ideia de seu refluxo ou desaparecimento do cenário brasileiro, à exceção daqueles que têm atrativos para coberturas jornalísticas sensacionalistas por parte da grande mídia, pois, acabam sendo levados a conhecimento do conjunto da sociedade. Nessa dinâmica, desenvolvem um modo próprio de comunicação, segundo às necessidades mobilizadoras e organizativas de cada momento, capaz de facilitar a conexão comunitária e a transformação social local.

2. NO ÂMBITO DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A Comunicação é central em todo processo de desenvolvimento, razão pela qual há que se compreender quais são as perspectivas teóricas

que melhor se coadunam às exigências dos povos na atualidade. Ela sempre se coaduna com as concepções de desenvolvimento praticadas em cada época histórica. Pode servir ao desenvolvimentismo ou a participação autônoma dos cidadãos. Quando o desenvolvimento não se refere só a progresso, mas implica tomar as pessoas como partícipes de processos que possibilitem seu crescimento integral, a comunicação ocorre como parte de dinâmicas transformadoras das condições de opressão social.

O “modelo” de desenvolvimento predominante em curso foi historicamente constituído com base em políticas de Estado de caráter modernizador e em meio a contradições de diversas ordens, como econômica, social, política e cultural. Olhar para a realidade brasileira hoje em dia requer dar um passo atrás, mesmo que seja breve, para indicar um pouco as implicações dessas contradições. Por outro lado, requer também enxergar a diversidade local e regional e, inclusive, as incipientes transformações em estruturas impeditivas do desenvolvimento comunitário equitativo.

Em síntese, a concepção de desenvolvimento que marcou nossa história recente é a desenvolvimentista desenvolvida a partir das noções da Teoria da Modernização, ou da Difusão de Inovações. No Brasil, ela foi introduzida por Juscelino Kubitschek, entre 1955 a 1961, e recebeu impulso com o regime militar (1964-1985), que difundiu o paradigma da modernização que preconiza a necessidade de modernizar as sociedades, independente do seu alcance social.

De fato, desde meados do século passado a ideia de desenvolvimento que se espalhou pelo mundo partia de uma concepção da necessidade da modernização de sociedades tidas como atrasadas ou “subdesenvolvidas” tendo como parâmetro os países desenvolvidos do ocidente. Acreditava-se que o estímulo ao desenvolvimento das nações pobres e com dificuldades de toda espécie viria por meio da modernização, ou seja, a difusão de capital e inovações tecnológicas, via industrialização dos países ricos do ocidente aos países do então chamado Terceiro Mundo; países empobrecidos de diferentes continentes. Quando esse desenvolvimento encontra dificuldade em prosperar, atribui-se o fato a problemas da própria “comunidade”, por não estar apta a ingressar com rapidez nesse processo de desenvolvimento, sem considerar que o

problema poderia estar no modelo de desenvolvimento em questão. Tais premissas nortearam as políticas ao redor do mundo. Como dizem Gumucio Dagron e Tufte (2008):

Devido a sua supremacia tecnológica e econômica, os países industrializados por muitos anos impuseram a crença de que as nações pobres são, de alguma maneira, as responsáveis de sua sorte. Os modelos baseados nas teorias da modernização – dominantes ainda hoje em muitas organizações de desenvolvimento – sugerem que as tradições locais impedem que as nações em vias de desenvolvimento deem um salto até a modernidade. (p.19).

As tentativas de modernizar com base nesses princípios redundaram em fracasso e em contradições desfavoráveis aos países empobrecidos, contexto que inspirou o surgimento das teorias da dependência, por sua vez inspiradas em Paul Barán (1964), para quem “os principais impedimentos do desenvolvimento não são a falta de capital e capacidade gerencial, como sustentam os teóricos da modernização, mas [...] que o desenvolvimento do centro determina e perpetua o subdesenvolvimento da periferia” (apud Servaes, 2004, p. 31). Também para Celso Furtado (1973), o subdesenvolvimento é criação do desenvolvimento, isto é,

como consequência do impacto, em um grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se havia inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, no fim do século passado (século XIX). As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a se auto-perpetuar. Essa dependência se apoiou, inicialmente, em um sistema de divisão internacional de trabalho que reservava para os centros dominantes de ate como ponto de partida de apoio principal o controle, por grupos integrados nas economias dominantes, de aquelas atividades produtivas, instaladas nas economias dependentes, em que mais significativa é a assimilação de novos procedimentos técnicos. (p.8).

A perspectiva teórica do desenvolvimentismo teve presença marcante no debate crítico no âmbito do Movimento dos Países não Alinhados - anos 1970 - e dos debates internacionais que culminaram com a publicação em 1980 do Informe MacBride – Um solo mundo, vocês múltiplos – auspiciado pela Unesco, e com o movimento em torno da proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC).

Porém, há um embate entre “teorias” ou concepções de desenvolvimento, tendo surgido propostas de “um outro desenvolvimento” e até do “pós-desenvolvimento”. Diferentes fóruns de debates e conferências internacionais vêm sendo realizados com a finalidade de discutir e gerar documentos delineadores de políticas públicas e para a ação direta das corporações empresárias. Exemplos: CDE-Blundtland /Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (desde 1983), Fórum Econômico Mundial (Davos e outros), Fórum Social Mundial (Porto Alegre e outros), Conferência Rio 92; Fórum Global, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, G22, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a Conferência Global dos Povos sobre Mudança Climática (2010) entre muitos outros. Em meio a todos estes eventos, relatórios e acordos foram publicados, como por exemplo, a Carta da Terra², Convenção da Biodiversidade³, Agenda 21⁴ e a *Convención del Cambio Climático*⁵.

As propostas receberam denominações como, desenvolvimento participativo (Servaes, 2004), “desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento social, alternativo, comunitário, autônomos...”(Chaparro, 2012, p.35). Ou ainda ecodesenvolvimento, desenvolvimento durável, desenvolvimento sustentável (Cimadevilla, 2004, p.121). Todos são conceitos genéricos (Cimadevilla, 2004) e, em geral, operam apenas como pleonasmos (Chaparro, 2012) sem alterar, de fato, os padrões de ação do grande capital. Concordamos com essa posição, se o tema for tomado do ponto de vista da macro política, pois as práticas sociais identificadas nesta pesquisa apontam para modificações a serem levadas em conta. Recentemente os padrões e propostas de desenvolvimento foram todas questionadas. Fala-se em pós-desenvolvimento ou em Buen Vivir (Silva, 2011, Esteva, 2009), cujas premissas confrontam a própria ideia ocidental de desenvolvimento e propõem o direito dos povos à felicidade, ao viver bem, e o respeito aos saberes e valores dos povos ancestrais.

² Ver em

http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf

³ Ver em <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>

⁴ Ver em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

⁵ Ver em <http://www.un.org/es/climatechange/kyoto.shtml>

Neste estudo, assumimos os pressupostos conceituais de desenvolvimento participativo (Servaes, 2004) para entender a realidade local, pois se revestem de novas perspectivas que permitem um olhar mais atento para as práticas participativas e coletivizadas gestadas por movimentos e organizações populares. Seus princípios iniciais foram estabelecidos pela fundação Dag Hammarskjold (apud Servaes, 2004, p.32-33): outro desenvolvimento é gerado para a satisfação de necessidades, começando pela erradicação da pobreza; é endógeno e autônomo; e deve estar em harmonia com o meio ambiente. Ele se situa no universo das alternativas do desenvolvimento, ou “o outro desenvolvimento”, levantadas a partir de autores como Hebert Blumer (1975), mas talvez as práticas sociais locais como, por exemplo, em Borborema, estejam dando-lhe ares de autosustentabilidade e de um espírito comunitário que põem em xeque determinadas convenções, apesar de reproduzirem outras.

Alguns dos princípios de desenvolvimento participativo coadunam-se com os de desenvolvimento sustentável, que, no fundo se faz presente em quase todas as propostas debatidas nos últimos tempos sob diferentes denominações, pois tem na sustentabilidade ambiental sua idéia força. Pedro Demo (1996, p.14) esclarece que a sustentabilidade traz o “compromisso de não apenas conjugar crescimento e desenvolvimento como meio e fim, mas principalmente de combinar definitivamente progresso com preservação ambiental”.

Porém, no tocante ao desenvolvimento participativo, não se trata apenas de progresso no sentido de avanço no desenvolvimento econômico e tecnológico, mas de crescimento integral das pessoas como protagonistas e beneficiárias dos processos de desenvolvimento. Este, segundo Servaes (2004, p. 33-34), tem como paradigmas a satisfação de necessidades humanas, materiais e não materiais; soberania da “comunidade” na construção; autoconfiável (cada sociedade confia basicamente nas próprias forças e recursos); integrado à ecologia (uso racional da biosfera e com plena consciência do potencial dos ecossistemas locais); democracia participativa; e que favoreça a ocorrência de mudanças estruturais requeridas nas relações sociais, nas atividades econômicas e do exercício do poder.

No que se refere aos meios de comunicação, no bojo do modelo

desenvolvimentista, durante as décadas de 1950 e 1960, os estudos de David Lerner (1958) e Wilbur Schramm ([1964], 2008), entre outros, municiaram a concepção favorável ao uso dos meios de comunicação de massa a serviço da difusão de inovações e da modernização. Schramm (1976: 195-221) elenca, por exemplo, que os meios de comunicação de massa podem: “ser informantes”, “ampliar horizontes”, “orientar atenções”, “elevar aspirações”, “criar um clima para o desenvolvimento”, “ajudar só indiretamente nas mudanças das concepções arraigadas ou práticas estabelecidas”, “alimentar canais interpessoais”, “conferir um status especial”, “ampliar o diálogo político”, “reforçar as normas nacionais”, “ajudar a formar gostos”, “afetar as concepções” etc.

Embora a chamada “Comunicação para o desenvolvimento” tenha tomado corpo internacionalmente nessa perspectiva difusionista, no sentido de que os meios de comunicação interpessoais e massivos eram vistos como importantes aos processos de difusão de inovações com vista à “modernização” das sociedades tidas como atrasadas, visando a mudança de hábitos e à apreensão de novas ideias e tecnologias (Peruzzo, 2007), na América Latina, especialmente, ela também, aos poucos, foi sendo questionada e permeada por discursos e práticas comprometidos com um tipo de mudança social favorável ao desenvolvimento humano.

A questão central passou a ser a premência de os processos e meios de comunicação acontecerem em benefício da ampliação dos direitos e do exercício da cidadania, portanto não apenas para fazer jus a uma proposta desenvolvimentista. A cidadania é vista como construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade e do Estado. O desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola mestra o ser humano (Peruzzo, 2007, p 49).

Desde a NOMIC as propostas de uma comunicação que favoreça a transformação social inserem o debate sobre a necessidade de Políticas Nacionais de Comunicação capazes de corresponder às necessidades dos povos por um desenvolvimento que beneficie a todos e não desconsidere a realidade de cada local. Nesse sentido, há que se observar que a comunicação para o desenvolvimento dos contextos rurais no



Brasil esteve atrelada, historicamente, às políticas públicas governamentais, mas nos anos recentes muitos atores coletivos vem desempenhando papel importante, pois desenvolvem novas alternativas de convívio com a própria realidade tal como se apresenta e, simultaneamente, de transformação local. O desenvolvimento rural, como uma das especificidades do desenvolvimento brasileiro, indica a existência de novas interpretações teóricas para práticas de intervenção e de comunicação, tanto no campo como nas comunidades urbanas das cidades. É a comunicação para a mudança social que passa pela questão regional, local e comunitária.

O avanço ocorrido na proposta original da “comunicação para o desenvolvimento” (corrente difusionista e suas variantes) conduzindo-a para a “comunicação para a mudança social” foi amplamente discutida por Alfonso Gumucio Dagron e Thomas Tufte (2008), tal como preconiza o *Consortio de Comunicación para el Cambio Social*, que também resgatam cerca de 80 anos de produção acadêmica relacionada ao tema. Para eles (2008, p.23), na comunicação para a mudança social “o processo é mais importante do que os produtos, tal como se sucede com comunicação participativa e alternativa”. Ela se constitui num processo que depende das condições culturais de cada realidade, entre elas, a participação e apropriação comunitária de meios de comunicação; da língua e pertencimento cultural; da geração de conteúdos locais; do uso de tecnologias apropriadas; e da formação de redes dentro de comunidades e para além delas (Gumucio Dagron y Tufte, 2008, p.24-25).

Grande parte dos conceitos de comunicação popular e comunitária constitui-se nessa perspectiva, ou seja, de uma comunicação comprometida com os processos de transformação das estruturas injustas, e se insere nas lutas de intervenção na realidade em favor da igualdade social. Portanto, não se trata de pensar a comunicação apenas como os meios ou instrumentos eficazes enquanto canais difusores de mensagens, mas imbricada em atividades com vistas ao desenvolvimento integral e participativo. Trata-se de pensar a comunicação como parte de um processo organizativo/mobilizador de caráter comunitário que se volte para a produção de conhecimento e de sistemas de informação segundo as necessidades e interesses dos grupos envolvidos nas lutas para ampliação da cidadania.

Por sua vez, essa outra comunicação se insere na práxis dos movimentos populares e comunidades, cujo histórico, no Brasil, remonta a lutas seculares, mas ganham feições distintas a partir e após o regime militar, na última metade do século passado. Seus conceitos (Gohn, 2004, 2009; Scherer-Warren, 2009; Peruzzo, 2004, 2008) são importantes âncoras para este estudo, mas não cabem nos limites deste texto. No entanto, umas breves palavras são indispensáveis, para dizer que a comunicação popular recebeu outras denominações como alternativa, comunitária, participativa, horizontal e dialógica, entre outras, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos⁶. O sentido político, porém, é o mesmo: uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social (Peruzzo, 2008).

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO E TIPO DE ORGANIZAÇÃO LOCAL

Borborema é um ⁷ dos Territórios da Cidadania, em conformidade com divisão do governo federal, em 2008, para facilitar a implantação de programas de intervenção, entendidos como de apoio ao desenvolvimento local sustentável e em respeito as características de cada território. São outros tempos, em que o Estado implementa programas em benefício dos pequenos agricultores, numa proposta que condiz com a convivência com o semiárido, ou seja em condições de adaptabilidade às condições do Sertão brasileiro, claro que sem deixar de atender ao agronegócio em seus macroprogramas. Sempre houve a implementação de políticas públicas no Sertão, mas em geral tinham um caráter de “socorro” emergencial -os chamados programas compensatórios -, e não favoreciam a geração de independência. Desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - embora já se vislumbre algo nesse sentido no governo anterior de Fernando H. Cardoso -, algumas das

⁶ Ver Kaplún (1981), Simpson Grinberg (1981), Diaz Bordenave (1983), Beltrán (1981), Festa (1986), Peruzzo (2004; 2008).

⁷ No estado da Paraíba são 6(seis) os territórios da cidadania: Borborema, Cariri Ocidental, Curimatá, Médio Sertão, Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul (Comunidades, s./f.).

políticas públicas assumiram a perspectiva emancipatória de gerar soluções em convivência com o semiárido, ou seja, do reconhecimento da potencialidade regional e da construção de alternativas propícias à mesma. Por exemplo, o acesso à água (Programa de construção de Um Milhão de Cisternas em todo o Sertão brasileiro para captar a água das chuvas), o Plano Brasil sem Miséria (aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar), fomento à participação da agricultura familiar em cadeias de energias renováveis, Programa Luz para Todos etc. Claro que contradições e equívocos também surgem ao longo do percurso, as quais serão discutidas em outro momento.

O território de Borborema é composto por 21 municípios e abrange uma área de 3.341,70 Km². A população deste território é de 671.244 habitantes, dos quais 143.258 vivem na área rural, o que corresponde a 21,34% do total. Possui 24.725 agricultores familiares, 1.661 famílias assentadas (do MST) e 3(três) comunidades quilombolas⁸. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de 0,67 (Território, s.d.).

Este território está localizado no semiárido do estado da Paraíba⁹, no nordeste brasileiro, também identificado por agreste, terra da Caatinga, de espécies animal e vegetal (nativas e adaptadas), da seca devido a irregularidade das chuvas - com exceção da área do brejo -, e do clima quente durante todo o ano, além de outros fatores ligados a terra (desgaste pelo uso de agrotóxicos, queimadas etc.). A questão da água sempre foi um problema difícil e que motivou a emigração de grande contingente de pessoas para outros estados, especialmente aos da região sudeste, e nela, para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse grande território, entre centenas de organizações sociais existentes, enfatizamos o trabalho nas comunidades relacionado ao Polo Sindical da Borborema que atua em 15 dos 21 municípios e é formado por uma rede de 15 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras

Rurais (STRs)¹⁰, cerca de 150 Associações Comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos (Programa Paraíba, s./d.). Portanto, o Polo não atua em todos os municípios do território nem agrega todos os sindicatos existentes, pois ainda existem aqueles que seguem atuando na linha convencional. Os sindicatos que formam o Polo Sindical estão comprometidos com a promoção da agricultura familiar agroecológica e com formas coletivas de organização comunitária capazes de gerar real melhoria na qualidade de vida. Para Nunes (2010, p.3), trata-se de um novo sindicalismo que se desenvolveu a partir dos anos 1980 e início da década de 1990, um momento em que “os sindicatos passaram a deixar em segundo plano as principais bandeiras antes defendidas, que eram a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores, passando a conferir maior ênfases a um novo projeto de promoção do desenvolvimento rural, representado o fortalecimento da agricultura familiar”.

O histórico de lutas sociais que perpassam a atuação dos movimentos populares, as pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica na Paraíba, associações etc. é antigo. Segundo Najjar Tubino (2013):

a luta no semiárido sempre foi por terra e água. Na Paraíba a situação ficou pior com a falência de 18 engenhos [de cana de açúcar] que deixou desempregados quatro mil trabalhadores. Com a dificuldade de acesso à água, desmatamento da caatinga¹¹, erosão, ameaça de desertificação, práticas agrícolas inadequadas e até mesmo salinização em áreas de irrigação, um grupo de trabalhadores e agricultores familiares começou a reagir. Em 1997 foram realizadas as cinco primeiras desapropriações, e em 1998 outras quatro. Em 2002 criaram o Fórum dos Assentamentos. Um ano depois conseguiram financiamento para bancar os viveiros de mudas nativas, o Banco Mãe das Sementes e as feiras agroecológicas. Entre 2003 e 2007 foram apoiados 12 projetos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com uma verba aplicada de R\$1,6 milhão [para prover recursos hídricos, cultivos ecológicos etc.]. (s./p.).

⁸ Comunidades formadas por remanescentes de quilombos, ou comunidades com predomínio de população de origem negra, descendentes de ex-escravos.

⁹ O Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. (Dados do Ministério da Integração citados pela ASA Brasil: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105).

¹⁰ Atente para o nome do sindicato que explicita a presença das mulheres, algo não comum no Brasil, que indica o avanço das lutas por igualdade no tratamento de homens e mulheres.

¹¹ Tipo de vegetação que no es mucho densa.

A organização do trabalho do Polo Sindical e dos sindicatos e associações de agricultores familiares é feita a partir de diferentes focos temáticos, tais como recursos hídricos, agrobiodiversidade, criação animal, saúde e alimentação, cultivos ecológicos, comercialização (programa que assessora redes de inovação agroecológica que articulam mais de 5(cinco) mil famílias agricultoras no território da Borborema¹² (Programa..., s./d.).

Para realizar a conscientização e atividades a partir destas temáticas, formam-se equipes de trabalho que interatuam com as famílias para implementar ações em benefício delas mesmas, sempre baseadas em ação coletiva. É algo que se desenvolve a partir e com as pessoas da localidade. Trata-se de um processo sempre em elaboração e que se reelabora em meio a dificuldades, mas também das conquistas. Para sua efetivação, há parcerias entre organizações locais (sindicatos, associações de produtores), estaduais e nacionais, públicas e privadas, de diferentes matizes, como o Polo Sindical da Borborema, Associação e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Articulação Semiárido (ASA-PB), Articulação Semiárido Brasileiro (Asa Brasil), órgãos do poder público regional, de diferentes instâncias e do Governo Federal.

A AS-PTA, uma organização não governamental ONG) com larga experiência na linha de trabalho agroecológico, assessora o Polo Sindical e os sindicatos em seu processo de organização e mobilização dos agricultores familiares nos 15 municípios compreendidos pela área de abrangência do Polo Sindical e das organizações de agricultura familiar na Borborema. O objetivo da AS-PTA com esse Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba “é fortalecer as capacidades sócio organizativas, técnicas e políticas do Polo e de suas organizações para que defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia” (Programa..., s./d/).

A Articulação Semiárido da Paraíba (ASA-PB) e a Articulação Semiárido Brasileiro (Asa Brasil) são fóruns de organizações da sociedade civil, tais como setores das igrejas católicas e evangélicas, organizações não governamentais, associações, movimentos de mulheres etc., que atuam, desde 1999, em

busca de soluções para os grandes problemas no Sertão brasileiro, inclusive colaborando no desenho de políticas públicas, como por exemplo nos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o de Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

4. MUDANÇAS DO PONTO DE VISTA DAS PRÁTICAS

De concreto existe uma organização comunitária exemplar em torno de programas comprometidos com a agricultura familiar e formas coletivas de convivência e trabalho frente a problemas que afetam o mundo rural, especialmente, o semiárido. Tais programas relacionam-se a recursos hídricos, produção agroecológica (cultivo sem agrotóxicos, adubação e inseticidas naturais etc.), combate à desertificação, melhoria da saúde, da alimentação e da comercialização, entre outros. As mudanças na qualidade de vida, renda familiar e nível de conhecimento são visíveis naqueles que participam desses programas. Estes se denominam: Banco de Sementes, Feiras agroecológicas (comercialização), intercâmbio de agricultores, construção de cisternas (P1CM e P1+2), Fundo Rotativo Solidário (FRS), criação de animais, hortas caseiras, pomares, venda de alimentos para a merenda escolar, geração de fertilizantes ecológicos etc. Cabe frisar que as estratégias partem das próprias condições locais ou, como se diz, da convivência com o semiárido.

Não cabe o detalhamento de cada uma destas iniciativas neste texto, comentamos uma delas a título de exemplo. Trata-se dos Bancos de Sementes Comunitários, cerca de 60 unidades na região, chamados de Sementes da Paixão. Este tipo de iniciativa, que consiste no armazenamento adequado de sementes de grãos de uma colheita para a sementeira seguinte, existe em Borborema há mais de 40 anos¹³, mas também está presente outras várias localidades e regiões do Brasil. Em geral o programa é chamado de Semente Crioula porque trata-se de valorizar a cultura local, a experiência de antepassados e fazer frente às sementes transgênicas vendidas por empresas como Bayer, Monsanto, DuPont, Dow, Basf etc. Nos municípios de atuação do Polo Sindical da Borborema, criado em 1993, a denominação Sementes da Paixão se deve ao sentido dado pela população à recuperação de tipos de

¹² Ver: <<http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/>>.

¹³ O primeiro Banco de Sementes foi criado em São Tomé II, município de Lagoa Nova, em 1975.

sementes usadas pelos pais, avós, bisavós e das práticas caseiras para a conservação das mesmas (sem a necessidade de produtos químicos industrializados). É uma declaração de amor às sementes de feijão, de milho etc. pelo que representam em termos de herança familiar, de conhecimento dos ancestrais, de capacidade de reprodução, de maior produtividade e adaptação às condições climáticas e à terra do Sertão. Tudo isso em detrimento à oferta, as vezes gratuitas outras vezes subsidiadas, de sementes por parte do governo, não obstante são sementes modificadas geneticamente, e que já se comprovou - por meio de experimentos técnicos em Borborema - não produzem tão bem quanto às Sementes da Paixão pela adaptabilidade dessas às terras áridas.

Como se pode depreender, a criação de iniciativas populares no Brasil, e no caso em Borborema, que permitem a recuperação e o uso de sementes tradicionais por agricultores é algo extraordinário, pois, além de possibilitar uma melhor produtividade no campo, e sem o uso de agrotóxicos, significa dizer não às sementes transgênicas transformadas em mercadorias e que não permitem a própria reprodução consecutiva, para se continue a compra-las, algo que é contra a natureza e a humanidade.

Em Borborema há um banco-mãe e dezenas de bancos comunitários e os familiares de sementes crioulas. Estes são destinados a guardar e conservar - por meio de técnicas naturais antigas - uma parte de sementes de uma colheita para a próxima plantação. As sementes assim conservadas são distribuídas às famílias, que retribuem uma pequena parte de suas colheitas para formar os bancos comunitários e o banco-mãe para que haja o produto para a fase seguinte. Desse modo, forma-se toda uma cadeia dinâmica de organização auto sustentável.

É indispensável, ainda, dizermos umas breves palavras sobre as cisternas que existem em todo o Sertão nordestino e, como tal, na região enfatizada neste texto, pois são o cartão postal, que tem ganhado repercussão midiática nos últimos tempos no Brasil. As cisternas têm sido de um grande valor porque permitem reduzir o problema da falta de água em períodos de seca, o que é comum no Sertão brasileiro e nordestino. Trata-se da construção de reservatórios que captam e conservam a água da chuva. No início foram construídas cisternas para o consumo familiar (água para beber, preparar alimentos etc.) a partir da união de

pessoas do próprio lugar. Segundo depoimentos de lideranças em uma reunião, as primeiras experiências na construção de cisternas realizaram-se mediante a criação de Fundo Rotativo Solidário (FRS). Cada cisterna é capaz de guardar até 16 mil litros de água. Quando a seca prolonga-se, há necessidade de reabastecê-las com carros-pipa.

Se a cisterna foi uma iniciativa de base, mais tarde tornou-se uma política pública institucionalizada, pois o Governo Federal passou a investir na construção das mesmas, atendendo a demanda da Articulação Semiárido (ASA). Em 2003 é criado o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas (P1MC). Depois, em 2009, foi desenvolvido o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)¹⁴. Neste segundo momento tratava-se de construir cisternas chamadas de “calçadão”¹⁵ que se destinam a captar a água da chuva para viabilizar a criação de animais e o cultivo de hortas e pomares perto das casas, a fim de permitir a melhoria da produção de alimentos.

A proposta original das cisternas baseia-se na sua construção por pedreiros da própria região, que recebem o treinamento necessário, como forma de promover o trabalho remunerado a pessoas do lugar, além da adequação que representa às características climáticas do local. Este sistema continua em vigor. No entanto, em alguns territórios passou-se a distribuir recipientes prontos, de plástico, o que não se mostrou produtor e é rejeitado por algumas das organizações de base.

5. A COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA

Quem pisa na terra de municípios como os de Areial, Esperança, Queimadas, Remígio, Solânea, Massaranduba e Montadas, no estado da Paraíba, pensando em encontrar uma variedade de “meios” de comunicação popular e comunitária - no sentido tradicional de identificá-los em TV livre, jornalzinho, rádio comunitária etc. -, pode se decepcionar. No entanto, é indiscutível que ali existe a comunicação popular viva e intensa. Ela se manifesta como processo

¹⁴ Ver ASA Brasil (<http://www.asabrasil.org.br>).

¹⁵ São terreiros construídos com cimento em áreas de declive capazes de canalizar a água das chuvas para cisternas (cacimbas) que a armazenam para uso em períodos prolongados de seca.

e nos processos sócio organizativos, imbricada nas dinâmicas sociais e como facilitadora dos relacionamentos coletivos, interpessoais, intra e intergrupais, como elemento que ajuda a tecer as ações conjugadas (ou a coordenação de ações¹⁶) e a troca de informações e conhecimentos como mediação na educação informal e nas relações com o sistema educacional, órgãos públicos, governos etc. Ali se observa a comunicação como diálogo, como parte de dinâmicas de partilha e onde há reciprocidade. Suas formas mais comuns estão no contato face a face, nos encontros presenciais (reuniões, troca de experiências, formação, planejamento, avaliação), nos intercâmbios de saberes e de ideias, mas, também, através de meios tecnológicos, como os celulares e smartphones e, em menor grau, os impressos, o rádio, o vídeo, as mídias sociais online e a internet de um modo geral. Porém, que fique claro que estamos nos referindo aos modos autônomos de comunicação dentro e a partir das “comunidades” e movimentos populares da região, com base nas suas próprias demandas, e não sobre a presença e a potencialidade de acesso e recepção das pessoas aos meios de comunicação convencionais.

Portanto, a comunicação popular e comunitária pode extrapolar os meios comunicação enquanto canais, em geral vistos como instrumentos para transmitir mensagens, informar, conscientizar e persuadir. Os “meios” de comunicação comunitária autóctones também acabam existindo, mas não de forma generalizada e nem como canais comunicacionais únicos e independentes dos atores coletivos. São orgânicos a estes e complementários à comunicação humana, ao diálogo, ao processo de troca e de convivência. A importância de tais canais é inquestionável, pois a comunicação almeja sempre ampliar sua ressonância no entorno e no conjunto da sociedade. Por exemplo, são confeccionados boletins impressos (não informativos, como em geral ocorre, mas documentais de experiências populares que deram certo); há também um programa de rádio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remígio, transmitido numa emissora local; são confeccionados vídeos documentários; as

entidades mais bem estruturadas têm suas páginas na internet; há a Marcha das Margaridas (manifestação coletiva que discute a situação da mulher); surgem poesias, e assim por diante.

Muitas das observações relativas ao observado em Borborema, também se verificam em outras experiências de organização popular (movimento comunitário de Heliópolis, na capital de São Paulo, e na COPAVI, Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, em Paranacity - PR) que fazem parte deste estudo e serão analisadas em outro texto.

Para finalizar, nos parece que na Borborema, na região atendida pelo Polo Sindical, observam-se traços da comunicação popular, tais como constatamos no estudo da comunicação nos movimentos populares nas últimas décadas do século passado. Dizíamos (Peruzzo, 2004), que os movimentos sociais populares criam sua própria comunicação no contexto onde atuam que se expressam em

meios grupais, impressos, visuais: festas, celebrações religiosas, teatro popular, música, poesia, jornalzinho, boletim, mural, panfleto, cartilha, folheto, cartaz, faixas, camisetas, fotografias, filmes, vídeos, cassete-fóruns, sequências sonorizadas de slides, discos, alto-falante, carro de som, programas radiofônicos, troças carnavalescas etc.(p.148).

Ao mesmo tempo em que comunicação grupal é parte constitutiva e constituinte dos processos organizativos e mobilizatórios, há a apropriação de outras linguagens, segundo às necessidades e capacidades de se comunicar. As sedes de sindicatos não abrem mão dos murais, das fotografias. Existem os boletins e os vídeos, como já falamos. Existem também as marchas (pode-se fazer uma analogia à troca carnavalesca dos anos 1980 e às passeatas de um modo geral) que buscam denunciar e dar visibilidade pública a temas como o das desigualdades nas relações de gênero, principalmente no mundo Rural. Um exemplo é a Marcha pela Vida da Mulher e pela Agroecologia (Marha das Margaridas), realizada anualmente desde 2010, assessorada e documentada pela AS-PTA¹⁷, entre outras entidades do próprio Polo Sindical. No entanto, as marchas são precedidas de grande mobilização mediante atividades de formação e sensibilização comunitária em todos os municípios. No dia 14 de março de 2014

¹⁶ Jorge A. González (2011, p. 190), referindo-se a Maturana e Varela (1990), entende a comunicação como um “processo adaptativo mediante o qual coordenamos com outras ações associadas a termos semânticos dentro de um domínio lingüístico”.

¹⁷ Ver <http://aspta.org.br/2014/03/v-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-reunira-3-500-agricultoras-em-massaranduba-pb/>

houve a V Marcha das Margaridas, com a participação de mais de 3.500 pessoas, no município de Massaranduba, Território da Borborema, estado da Paraíba, no ano internacional da agricultura familiar, campesina e indígena¹⁸. Nos anos seguintes, a Marcha continua marcando presença nos cenários regionais e nacional. Apesar da importância local, a manifestação acontece também, a cada quatro anos, em nível nacional¹⁹, coordenada, por entidades orgânicas às lutas das trabalhadoras do campo e da floresta de todo o país, entre outras, para reivindicar seus direitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, mas sem concluir o estudo, a potencialização para a organização coletiva advém da articulação desde as bases da sociedade, desde as pessoas mesmas que vivem os problemas no seu cotidiano. Não obstante, necessitam de ajuda para aumentar a capacidade de saber ler e compreender a realidade, em um primeiro momento, para, em seguida, atuar sobre ela. Quando isso ocorre, em síntese, trata-se de um processo de reenergização uma vez as energias humanas que vinham sendo apropriadas e consumidas (Bertaux, 1979) por forças antagônicas e canalizadas para em favor dos interesses dos grandes proprietários dos meios de produção aos poucos vem sendo direcionadas a satisfazer os próprios interesses e necessidades dos agricultores.

A comunicação permeia todos os processos de conscientização-organização-ação populares, não apenas pela efetivação de canais para circulação da informação trazidos pelas tecnologias, mas, principalmente, pelo diálogo, por suas formas interpessoais e grupais por meio dos quais se desenvolve práxis coletivizada, a participação ativa, e estabelecem-se laços comunitaristas e novos sentidos de partilha, favoráveis ao desenvolvimento humano e das comunidades locais.

Portanto, a comunicação não acontece como algo isolado, mas no bojo de programas de desenvolvimento. O que importa é saber que tipo de desenvolvimento está sendo gestado e

vivenciado, e se este favorece ou não o desenvolvimento integral das pessoas. Borborema é um exemplo de que um outro desenvolvimento é possível e que no processo de constituir-lo, uma outra comunicação também se realiza.

7. REFERENCIAS

- A Carta da Terra. ([2007] 2010). Valores e princípios para um futuro sustentável. Ministério do Meio Ambiente /Itaipu Binacional. *Cadernos de Educação Ambiental, Série Documentos Planetários*, v.1. Recuperado de www.cultivandoaguaboa.com.br/.../Carta%20da%20Terra%20Miolo%20Final%20.pdf.
- Baran, P. (1964). *A economia política do desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beltrán, L. R. (1981). Adeus a Aristóteles. *Comunicação e Sociedade: Revista do Programa de Comunicação*, 6, 5-35.
- Bertaux, D.. (1979). *Destinos pessoais e estrutura de classe. Para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Blumer, H. (1975). A ideia de desenvolvimento social. En Durand, José C.G.; Machado, L.P.(Orgs.). *Sociologia do desenvolvimento II*. Rio de Janeiro, Zahar. 35-53.
- Chaparro, M. C. (2012). Viejos y nuevos paradigmas. En Melo, J. M.; Gonçalves, E.; Bizelli, J. L. (Orgs.). *Comunicação para o desenvolvimento: pensamento e ação*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora. 19-41.
- Cimadevilla, G. (2004). *Crítica a La razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Comunidades. (s./d.) *Portal da Cidadania*. Brasília: Governo Federal. Recuperado de http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community?page_num=0.
- Demo, P. (1996). *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade*. Campinas: Autores Associados.
- Diaz Bordenave, J. (1983). *Além os meios e das mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis: Vozes.
- Esteva, G.. (2009). Más allá del desarrollo: la buena vida. *América Latina en Movimiento*, XXXIII. II época, n. 445, 1-5.
- Festa, R.. (1986). Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. Em Festa, R. ; Silva, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas. 9-30.

¹⁸ Ver <http://aspta.org.br/2014/03/agricultoras-do-polo-da-borborema-tomam-as-ruas-de-massaranduba-pb-reivindicando-direitos-e-o-fim-da-violencia-contra-a-mulher/>

¹⁹ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=FgkE7UhfPVY> e <https://www.youtube.com/watch?v=v3p7wNQhPP4>

- Furtado, C. (1973). *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gohn, M. da G. (2004). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4.ed. São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. da G. (2009). *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- González, J. A. (2012). *Entre culturas e cibercultur@: incursões e outras rotas não lineares*. São Bernardo do Campo: Editora Metodista.
- Gumucio Dagron, A. y Tufte, T. (2008). Raíces e importancia – Introducción ... En Gumucio Dagron, A. y Tufte, T.. (Orgs.). *Antología de comunicación para el cambio social*. New Jersey, CFSC - Communication for Social Change Consortium / La Paz: Plural. 16-45.
- Lerner, D. (1958). *The passing of traditional society: modernizing the Middle East*. New York: Free Press.
- Kaplún, M. (1985). *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL.
- Maturana, H.; Varela, F. (1990). *El árbol del conocimiento: las bases biológicas del conocimiento humano*. Madrid: Debate.
- Nunes, A. S. (2010). “Políticas públicas via sindicalismo rural: o caso do Município de Queimadas-PB”. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural promovido por Alasru. Porto de Galinhas. Recuperado de www.alasru.org.br/wp.../GT27-Antonio-Silva-Nunes.pdf.
- O Território.(s./d.). *Portal da Cidadania. Governo Federal*. Recuperado de http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/borboremapb/one-community?page_num=0.
- Peruzzo, C.M.K. (2004). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 4.ed. Petrópolis: Vozes.
- Peruzzo, C.M.K. (2007). Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. En Kunsch, M.M.K.; Kunsch, W. (Orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus. 45-58.
- Peruzzo, C.M.K. (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Palavra chave*, 11(2), 367-379.
- Programa Paraíba. (s./d.) AS-PTA. Recuperado de <http://aspta.org.br/programas/>.
- Scherer-Warren, I. (2009). “Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias”. Palestra proferida no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro. Recuperado de www.yimg.com/kq/groups/23281080/1509110061/name/TextoComp3.pdf
- Schramm, W. (1976). *Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento*. 2.. ed. Rio de Janeiro: Bloch.
- Schramm, W. ([1964] 2008). Lo que la comunicación masiva puede hacer y lo puede ayudar a hacer por el desarrollo nacional. En Gumucio Dagron, A.; Tufte, T. (Orgs.). *Antología de comunicación para el cambio social. Lecturas históricas y contemporáneas*. New Jersey, CFSC - Communication for Social Change Consortium / La Paz: Plural. 81-93.
- Servaes, J. (1996). Introduction: participatory communication and research in developments settings. En: Servaes, J., Jacobson, T.L y White, S. A. *Participatory communication for social change*. London: Sage Publication. 13-25.
- Servaes, J. (2004). Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. *Revista Comunicação Midiática*, 1-2, 19-53.
- Silva, José de S. (2011). *Hacia el “día después del desarrollo”: descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles*. Campina Grande: ALER.
- Simpson Grinberg, M. (1981). *Comunicação alternativa y cambio social*. Cidade do México: UNAM.
- Tubino, N.(2013). *Agroecologia: o Polo Sindical da Borborema*. São Paulo: Carta Maior.